

Resumo

Um Estado Democrático de Direito deve assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, tais como a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça. A estes valores supremos acrescenta-se que especialmente as sociedades assoladas ainda pela pobreza necessitam criar meios de acesso ao conhecimento de seus direitos. É dever do Estado, implementar políticas e ações efetivas a ensejar condições justas para uma vida digna a todos de forma igual. A pobreza e a marginalização demonstram a subintegração dos cidadãos, pois que, tratados de forma desigual, são excluídos da proteção institucional do Estado. Grupos que não possuem poder representativo na participação política não obtêm efetividade na tutela dos seus direitos. No ordenamento jurídico brasileiro procuraram-se criar meios para tentar de alguma forma equilibrar esta sociedade menos favorecidas: Juizados de pequenas causas, Cíveis e Criminais (arbitragem, mediação, Defensoria Pública, etc.). É também uma forma de tentar garantir valores supremos ressaltados pelo preâmbulo da Constituição Federal.

O presente projeto se encontra estruturado por meio do método de pesquisa qualitativa e está embasado por uma análise bibliográfica. Valeu se também de considerações doutrinárias e jurisprudências em sites oficiais. Tornou-se indispensável o convívio ou conhecimento do funcionamento dos órgãos estudados, assim como a visitação em núcleos de comunidades carentes. Fixando uma questão em encontrar a efetivação nos direitos fundamentais inerentes ao cidadão, no momento em que procura um recurso e acesso à Justiça, podemos constatar que há grande carência de servidores por parte de órgãos como defensoria pública que deveriam assessorar os que a procuram. Além do que há dificuldade por parte dos cidadãos de chegarem às localidades determinadas para buscarem o auxílio, sendo em grande maioria de nível social baixo. Procuramos discutir onde estão os problemas que dificultam um melhor exercício da cidadania no que toca ao acesso à justiça e como propor soluções.